

**Empreendedores avaliam que incertezas comprometem atração de investimentos privados  
Para Cláudio Sales, por postergar entrada de projetos nos últimos anos, país corre risco de pagar mais caro pela energia no futuro**

**Júlio Santos, da Agência CanalEnergia, Negócios**

14/09/2005

Risco de déficit de energia a partir de 2009, gargalo no processo de licenciamento ambiental, pressão da alta carga tributária no insumo energia e a necessidade de superar impasses deixados pelo novo modelo. Investidores e financiadores apontaram estes problemas como os principais entraves para garantir o fluxo de recursos para a expansão do sistema elétrico nos próximos anos, durante o painel "Requisitos para atração de investimentos privados", promovido pela **Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica** nesta quarta-feira, 14 de setembro, no primeiro dia do 2º Enase (Encontro Nacional do Agentes do Setor Elétrico), em São Paulo.

"Nos últimos 30 meses nenhum grande projeto hidrelétrico foi iniciado. Isso aumenta o risco de déficit a partir de 2009 acima dos 5% considerados razoáveis", ressaltou Cláudio Sales, presidente da CBIEE. Uma das consequências apontadas pelo executivo é o risco de a energia ficar mais cara no futuro. Por exemplo, ele citou que a iniciativa defendida pelo governo de converter térmicas a gás para gerar a óleo diesel, para compensar a falta de suprimento para o gás natural, terá um custo estimado em US\$ 2 bilhões. "Com certeza, este é um custo que poderia ser evitado", observou.

Além de apontar a necessidade de equacionar pontos do novo modelo, como o pagamento pelo Uso do Bem Público, o executivo destacou a necessidade de rever a carga tributária que incide sobre o setor, apontando como caminho a inclusão na MP do Bem de pontos como o retorno ao regime de cobrança cumulativa do PIS/Cofins (reduzindo as alíquotas de 9,25% para 3,65%); a isenção de IPI e PIS/Cofins para novos projetos de geração; a manutenção da isenção de PIS/Cofins para carvão e gás natural utilizados em termelétricas; e o diferimento do ágio pago sobre o UBP das usinas hidrelétricas leiloadas até 2002.

A resolução de questões do novo modelo também é uma condição para o Grupo Suez Energy Brasil, controlador da Tractebel Energia levar as hidrelétricas de Estreito (TO/1087 MW) e São Salvador (TO/GO - 241 MW) para o leilão de energia nova, previsto pelo governo para acontecer na primeira quinzena de dezembro. Para Gil Maranhão Neto, diretor de Desenvolvimento de Negócios da empresa, é preciso fazer a alocação correta de riscos, pois o que não for definido corretamente agora vira sobrepreço para o projeto no futuro.

"Com isso, o governo corre o risco de ir contrar suas premissas principais, como a modicidade tarifária", observou o executivo. Uma das críticas de Gil Maranhão envolve o modelo de contrato que o Ministério de Minas e Energia colocou em audiência pública. Para ele, o modelo é uma cópia do contrato feito para o leilão de energia existente. "Não faz sentido utilizar o mesmo contrato para projetos que vão vender energia por 30 anos", criticou.